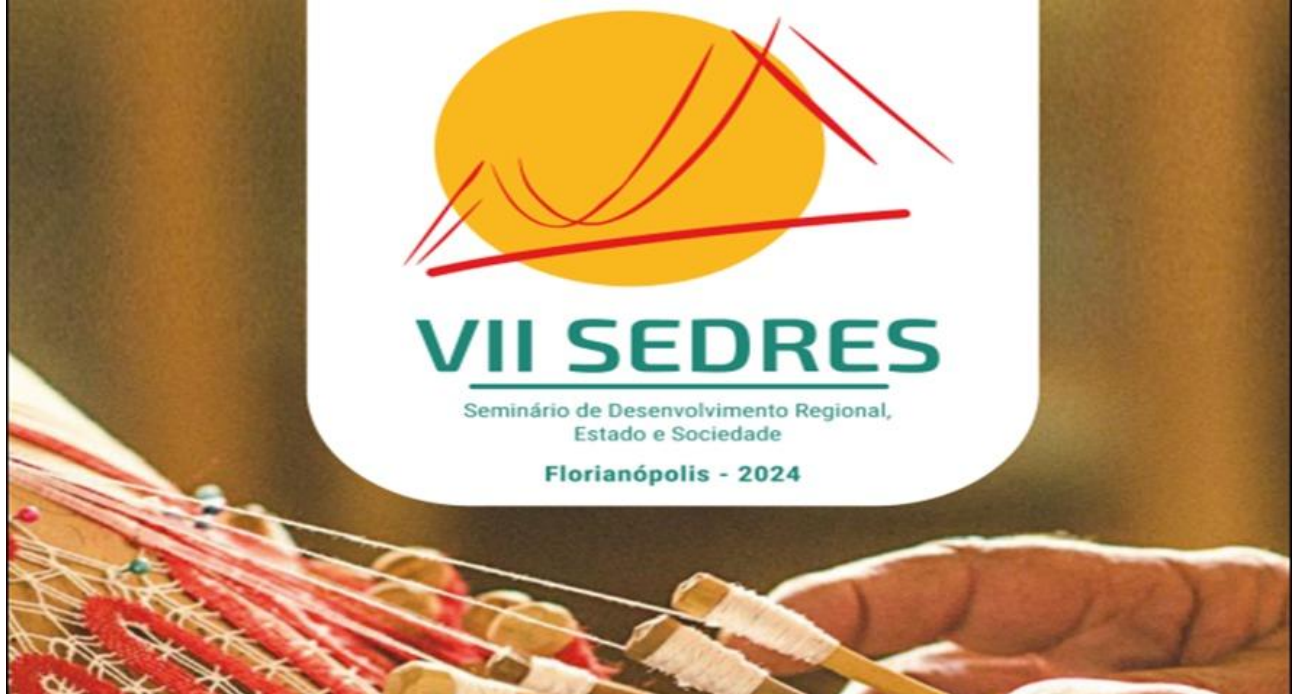




ANÁLISE HISTÓRICA SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Estado, políticas públicas e desenvolvimento regional

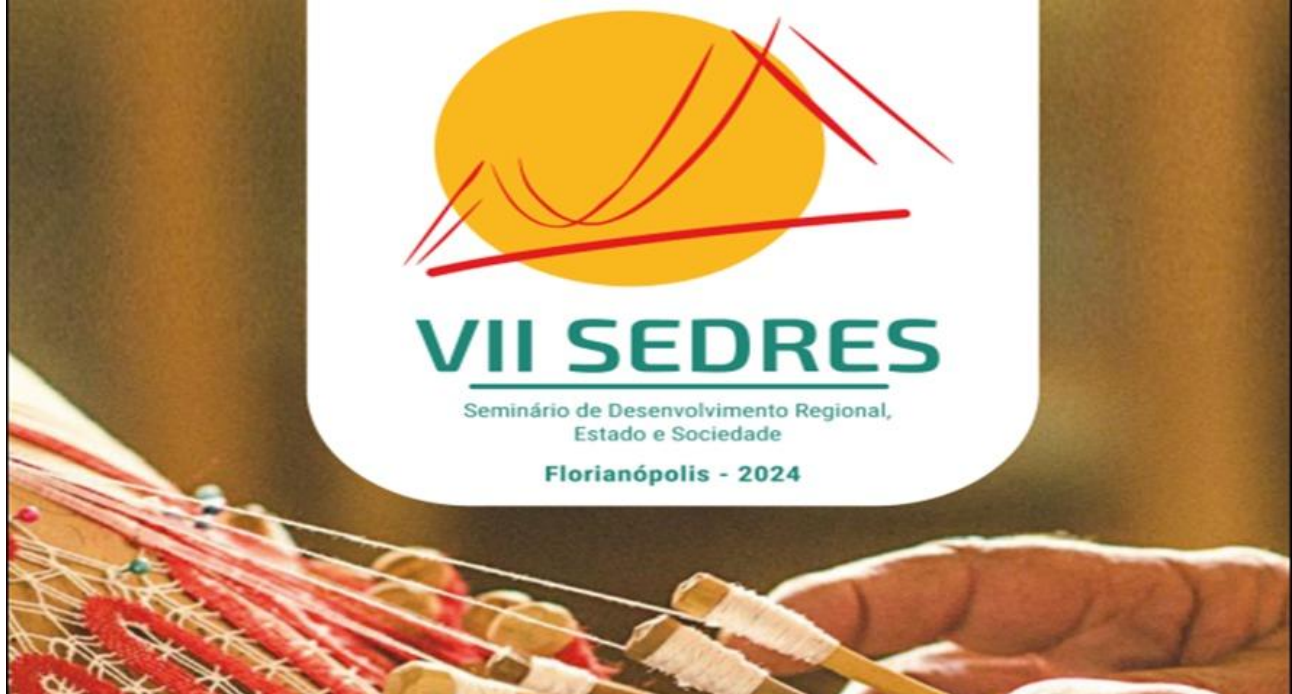
RESUMO

Este artigo tem como atenção primária abordar o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) através de seus antecedentes, surgimento, críticas e avanços, tendo como objetivo central compreender a necessidade de novos conceitos de desenvolvimento, não limitados ao campo econômico. A metodologia de pesquisa aplicada selecionada foi baseada na revisão de literatura com o propósito de obter um suporte para a futura compreensão e interpretação dos dados da pesquisa e resultados, fundamentada na taxionomia de Vergara, sendo *a priori* a classificação com base nos fins e *a posteriori* composta quanto aos meios. Para tal, é apresentado um conceito de progresso que se baseia nas teorias econômicas e nas abordagens ao desenvolvimento do século XX, e ressaltado o papel que estas desempenham no ambiente. Desde a crise socioambiental da década de 1970, as teorias demonstradas buscam integrar crescimento econômico, justiça social e harmonia ambiental, com maior ênfase no DS.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para conduzir adequadamente este estudo, sempre dentro dos parâmetros do método científico, é relevante observar que, conforme Lakatos (2010), a metodologia consiste no conjunto de métodos ou abordagens seguidos na busca pelo conhecimento.

Portanto, este estudo é denominado pesquisa aplicada pois tem como objetivo compreender a necessidade de novos conceitos de desenvolvimento, não limitados ao campo econômico.



Conforme Vergara (2010), a pesquisa aplicada é motivada principalmente pela necessidade de solucionar problemas concretos, imediatos ou não.

Para classificar a pesquisa, adotou-se a taxionomia de Vergara (2010), que propõe critérios com base nos fins e nos meios.

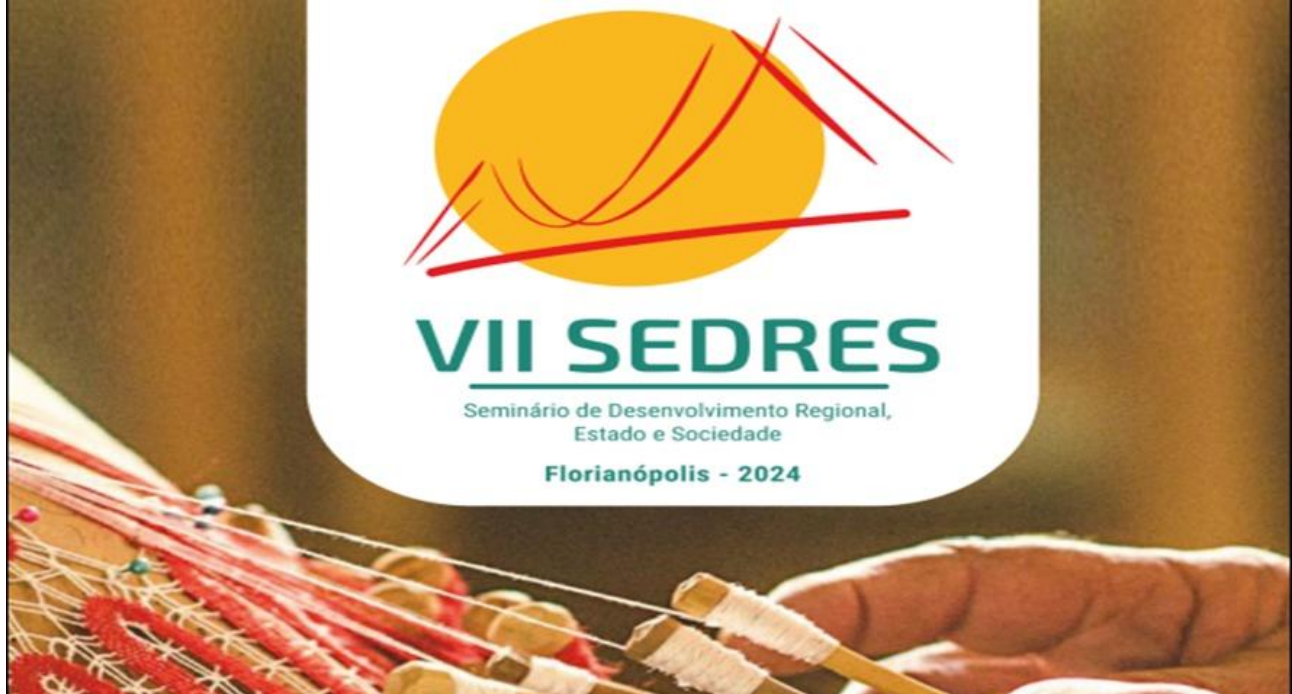
- a. Quanto aos fins: Optou-se pela abordagem qualitativa para analisar e investigar os dados coletados na pesquisa e apresentá-los de forma exploratória.
- b. Quanto aos meios: A investigação será conduzida por meio do método de Pesquisa Bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Brasil, enquanto mercado emergente, enfrenta o desafio crítico de gerenciar seus recursos naturais de maneira eficaz, promovendo o bem-estar humano sem comprometer seu capital natural. A necessidade de combater a pobreza, integrando custos ambientais nas políticas de desenvolvimento, destaca-se em um contexto em que práticas predatórias e exploração insustentável de recursos, como a exaustão de jazidas de manganês no Amapá, prevaleceram historicamente. Essa exploração gerou receitas limitadas para o país, sem compensar adequadamente a perda de capital natural, indicando um modelo de desenvolvimento insustentável (Cavalcanti, 1991).

A questão ambiental exige uma reavaliação do processo econômico que incorpore as dimensões biofísicas e os princípios naturais, reconhecendo os limites do crescimento e a necessidade de sustentabilidade. Isso implica em reformular políticas públicas para que considerem a economia como parte integrante dos sistemas ecológicos, visando a eficiência no uso de recursos, a minimização de perdas, e a conservação.

As políticas necessárias para enfrentar esses desafios envolvem o aumento da produtividade do capital natural de forma sustentável, sem sobrecarregar as funções ecológicas do planeta. Embora não exista uma fórmula única para o desenvolvimento de tais políticas, o foco deve estar em garantir



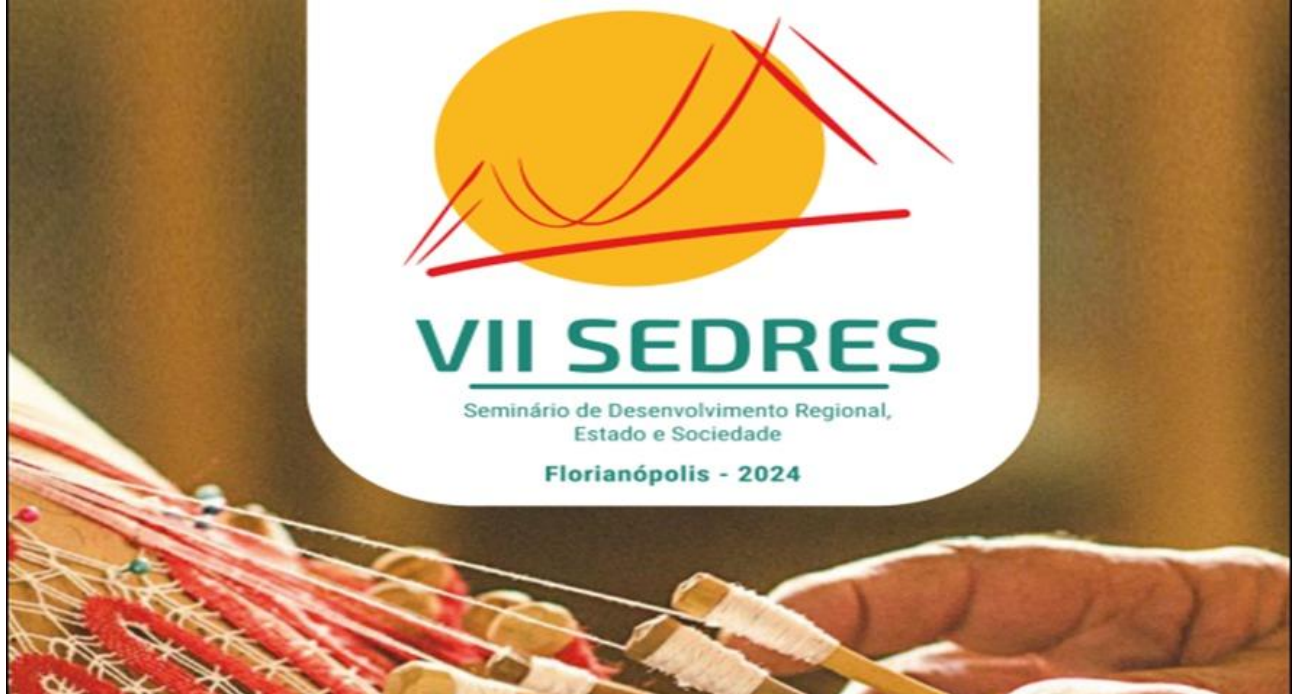
melhorias nas condições de vida sem prejudicar as funções essenciais dos ecossistemas. Em suma, uma política de desenvolvimento voltada para a sustentabilidade deve equilibrar as necessidades humanas com as limitações impostas pela interação com a natureza, reconhecendo a interdependência entre o bem-estar humano e a saúde do planeta.

A implementação dessa política exige medidas que desencorajem práticas prejudiciais ao meio ambiente e promovam ações sustentáveis, também é crucial abordar os padrões de consumo, incentivando estilos de vida mais sustentáveis através de penalidades e incentivos que favoreçam o transporte público, a reciclagem, a durabilidade dos produtos e o uso de energias renováveis.

A abordagem discutida enfatiza a importância de tornar o uso de materiais e energia mais custoso para incentivar a reciclagem e reduzir o descarte, uma tendência prevalente na sociedade industrial moderna (Branco, 1989). Para alcançar a sustentabilidade, deve-se priorizar a maximização e expansão do capital natural, enfrentando desafios impostos pela globalização e políticas de livre comércio que muitas vezes reduzem os padrões de proteção ambiental (Daly, 1991). Abordagens para o problema demográfico e a necessidade de reformas institucionais também são cruciais, apoiando a conservação de recursos, o desenvolvimento de tecnologias verdes, e promovendo estilos de vida sustentáveis. A participação da sociedade e o diálogo entre as partes interessadas são fundamentais para alcançar um desenvolvimento sustentável que seja justo, economicamente viável e ecologicamente responsável.

RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMÁTICA

O texto discute que o desenvolvimento vai além do crescimento econômico, enfatizando a importância da qualidade de vida, a realização dos direitos humanos, e a igualdade, equidade e solidariedade. Destaca-se a sustentabilidade como reconhecimento dos limites biofísicos impostos pela natureza, contrapondo a ideia de crescimento econômico ilimitado com a necessidade de proteção ambiental. Argumenta-se que a economia deve operar respeitando os limites e capacidades de regeneração dos recursos naturais, visando um desenvolvimento que não comprometa a capacidade do



meio ambiente de fornecer serviços essenciais. Para alcançar a sustentabilidade, políticas governamentais devem promover atividades econômicas que minimizem danos ao capital natural e preservem funções ecológicas vitais, assegurando a transmissão dessas funções para as gerações futuras sem prejuízos. O desenvolvimento sustentável é apresentado como uma abordagem que equilibra a produção econômica com a preservação ambiental, respeitando os interesses das gerações presentes e futuras, com um papel ativo do governo na avaliação e harmonização dessas preferências.

REFÊRENCIAS.

BRANCO, Samuel Murgel. **Ecossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente**. São Paulo: Edgard Blücher, 1989.

CAVALCANTI, Clóvis. **Government Policy ological Concerns: Some Lessons from the Brazilian Experience**. In: COSTANZA, Robert (org.), *Ecological Economics: the science and Management of Sustainability*. New York: Columbia University Press, pp. 474-485, 1991.

DALY, Herman. **Ecological Economics and Sustainable Development: From Concept to Policy**. World Bank Environment Department, Divisional Working Paper no.1991-24. Washington, D. C., World Bank.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 16ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 12. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.